



AMIES celebra ano de consolidação e ampliação de diálogo com o Poder Público

A Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES) celebrou o ano de expansão e conquistas para a educação brasileira durante jantar de confraternização, em Brasília. Na ocasião, estiveram presentes associados, representantes de instituições e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

"O ano de 2024 foi um período de muitas realizações para o nosso setor. Juntos, fortalecemos nossa atuação, ampliamos o diálogo com os órgãos reguladores, e proporcionamos oportunidades valiosas para o desenvolvimento de nossas instituições", salientou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues. "A educação é a melhor forma de a gente fazer avançar a nossa sociedade, então nós precisamos investir. E a iniciativa privada tem um papel fundamental na educação superior, para cooperar com o desenvolvimento do Brasil", completou ele.

Em discurso, Moses Rodrigues destacou a atuação do professor Antonio Veronezi (*in memoriam*), idealizador e fundador da AMIES, e Inácio de Barros Melo Neto, primeiro presidente da Associação. "Com a AMIES, as mantenedoras de capital fechado, as pequenas e médias instituições passaram a ter um espaço para debater ideias e propor soluções estratégicas para o desenvolvimento do ensino superior. Não se

pode falar em educação superior no Brasil sem contar com a participação das instituições privadas", destacou Inácio de Barros Melo Neto, da Faculdade de Medicina de Olinda. "A AMIES surgiu para dar voz às instituições de ensino superior realmente comprometidas com a educação, ampliando os espaços de diálogo com o Poder Público. Temos cumprido esse papel e vamos continuar comprometidos com a qualidade na educação superior", frisou Victor Veronezi, mantenedor da Universidade Santo Amaro (Unisa). A participação das IES privadas nos debates sobre a regulação, supervisão e avaliação do ensino superior se justifica pela representatividade em todo o país. De acordo com o Censo da Educação Superior 2023, o setor corresponde a 95,9% dos 26,6 milhões de vagas de graduação ofertadas anualmente. No total de matrículas na graduação, as IES privadas tiveram uma participação de 79,3%. O percentual foi ainda maior entre os alunos ingressantes. Dos 4,9 milhões de estudantes que iniciaram a graduação no ano passado, 88,4% optaram por uma instituição privada. "Não dá pra gente conversar sobre a educação superior no país sem a instituições privadas porque elas estão fazendo a maior parte do trabalho", ressaltou o diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep, Ulysses Teixeira.

RECONHECIMENTO

A noite também contou a solenidade de entrega da Medalha de Mérito Educacional AMIES 2024, concedida a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da educação superior no Brasil. "A outorga da Medalha do Mérito Educacional nos permite reconhecer e homenagear aqueles que se dedicam com excelência e paixão à nobre tarefa de formar cidadãos, moldar futuros e construir pontes para um Brasil mais justo e próspero", ressaltou Moses Rodrigues.

Neste ano, a medalha foi concedida à advogada, professora e mantenedora da Faculdade de Tecnologia Jardim (Fatej), Arleide Costa de Oliveira Braga; ao ministro da Fazenda e ex-ministro da Educação, Fernando Haddad; ao reitor da Universidade São Francisco (USF), Gilberto Garcia, que também atuou no Conselho Nacional de Educação; ao médico empresário e educador João Carlos Di Genio (*in memoriam*), representado pelo vice-reitor da Universidade Paulista (Unip), Fábio Romeu de Carvalho; ao prefeito reeleito do Recife, João Henrique de Andrade Lima Campos; e ao educador e reitor da Universidade Tiradentes (Unit), Jouberto Uchoa de Mendonça, representado pelo professor Marcos Wandir.

Também foram agraciados o ex-senador, educador e mantenedor do Grupo Ceuma, Mauro de Alencar Fecury, representado pelo sobrinho Ivan Fecury; o prefeito eleito de Sobral e fundador do Centro Universitário Inta (Uninta), Oscar Spindola Rodrigues Júnior, representado pelo senhor Alan Galvão; o ministro do Superior

Tribunal de Justiça e professor universitário, Paulo Dias de Moura Ribeiro; o educador, mantenedor do Centro Universitário Ingá (Uningá) e vice-presidente da AMIES, Ricardo Benedito Oliveira; o mantenedor do Grupo UniEduK e reitor do Centro Universitário de Jaguariúna (Unifaj), Ricardo Jorge Tannus; o ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski; e o desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Roberto Carvalho Veloso.

"Nós temos que valorizar a educação sempre e entender que a educação tem que ser construída por muitas mãos. Temos que ter essa capacidade de construir essa harmonia entre o gestor público e as instituições privadas, para caminhar em parceria, fazendo o que compete a cada um", frisou João Campos. "É uma honra e uma alegria muito grande. Essa medalha significa um trabalho construído por muitas mãos. Estamos na educação há 36 anos e trabalhamos para sempre oferecer o melhor ensino aos nossos alunos", disse Ricardo Tannus.

Durante a solenidade, o ministro Ricardo Lewandowski exaltou o importante papel das instituições privadas na democratização do acesso ao ensino superior. "Sem as entidades de ensino privadas nós não teríamos o grau de desenvolvimento educacional e cultural que felizmente alcançamos no Brasil", salientou ele. "Não há desenvolvimento sem educação e vocês que amam a educação são os responsáveis por esse desenvolvimento do Brasil", ressaltou Roberto Veloso.



ATUAÇÃO

Fundada em fevereiro de 2020, a AMIES tem participado ativamente dos debates sobre a educação superior e os programas educacionais nas esferas executiva, legislativa e judicial, com estratégias de modernização e aprimoramento dos marcos regulatórios do setor.

"As políticas públicas devem ser construídas considerando não apenas a visão do gestor, mas devem ter o olhar dos estudantes, dos professores e das instituições de ensino", ressaltou a secretária-executiva da AMIES, Priscila Planelis. "O setor privado é responsável pela massificação do ensino superior e tem grande parcela no cumprimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação. Por isso, é tão importante a colaboração das instituições privadas com o Poder Público, a fim de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas para o setor educacional do país", destacou.

Por reunir mantenedoras de instituições de ensino superior lideradas por educadores e entender que a educação é a prin-



cipal ferramenta de transformação social, a AMIES assumiu grandes compromissos: defender a educação superior de qualidade no Brasil, contribuir para melhorar a educação em todos os seus níveis e ainda estimular a pesquisa e a extensão para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Durante 2024, a AMIES participou ativamente das discussões sobre a regulação dos cursos a distância, a ampliação dos programas de financiamento do ensino superior, a política de formação médica do Brasil, o novo Plano Nacional de Educação, a política de formação de professores, a reforma tributária, a modernização e simplificação da política regulatória e a atualização dos

instrumentos de avaliação. Além disso, a AMIES lançou neste ano os painéis de Educação Médica e o de Acompanhamento dos Processos Regulatórios de Medicina.

Em 2025, a AMIES seguirá empenhada para apresentar propostas técnicas e relevantes para aprimorar as políticas públicas educacionais, com ética e responsabilidade social. "Para o próximo ano, a AMIES trabalhará para ampliar políticas públicas que já existem, como o Fies e o Prouni. A AMIES também fez propostas ao Ministério da Educação para tornar o marco regulatório como um todo mais dinâmico, mais prático, e adaptado à nova realidade social e tecnológica", indicou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros.



Na Comissão de Educação da Câmara, AMIES participa de debate sobre regulação da educação a distância



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A AMIES participou de debate sobre o novo marco regulatório da educação a distância na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A Associação foi representada pelo assessor jurídico e especialista em direito educacional, Esmeraldo Malheiros. A audiência foi requerida pelos deputados Moses Rodrigues, presidente da AMIES, e Átila Lira, associado da AMIES.

Durante o debate, Esmeraldo Malheiros salientou a necessidade de revisão do marco regulatório, diante da nova realidade da EAD. "Quando, em 1986, foi editada a LDB, o artigo 80 estabeleceu que o poder público incentivaria o desenvolvimento de programas de educação a distância. Mas o que se pensava de EAD naquela época eram programas gravados, os chamados telecur-sos. De lá para cá, a realidade mudou muito", pontuou.

"A modalidade EAD, hoje, é representativa no cenário educacional. E a importância dela para massificar o ensino superior não pode ser objeto de restrição, de criar situações que impeçam o avanço e o desenvolvimento. Todo ano, nós temos ferramentas de tecnologia no-

vas e permitir a utilização dessas ferramentas na educação é importante. É um caminho sem volta", enfatizou.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2023, o número de matrículas no ensino superior a distância chegou a quase cinco milhões. O número representa 49,2% do total de matrículas de graduação. A expectativa do Ministério da Educação é que o total de matrículas nos cursos à distância supere o de cursos presenciais já no Censup 2024. Os resultados de 2023 mostram que na última década, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 325,9%, enquanto na modalidade presencial houve queda de 17,7%.

Esmeraldo salientou também o importante papel do Poder Público. "O MEC tem a responsabilidade constitucional de cuidar pela qualidade do ensino. É claro que é uma posição difícil, porque o MEC tem que ponderar diversos atores". Ele também frisou que o avanço da EAD deve ser seguido por medidas que garantam tanto a qualidade do ensino quanto a expansão da modalidade, havendo uma cautela para evitar a inflação regulatória. "Toda

vez que tiver um problema que é da supervisão, por exemplo, eu crio uma norma para corrigir aquele problema e alcanço todo o sistema. Mas essa norma deveria ficar restrita àquele que gerou o problema e que oferta o ensino de má qualidade", explicou.

"Já na LDB, lá em 96, tem um artigo interessante que diz qual deve ser o caminho a ser utilizado pelo Poder Público nessas ações. O artigo 46, parágrafo 1º, diz que identificadas as irregularidades ou deficiências na oferta do ensino, o que faz o Poder Público? Fecha a instituição? Não. Submete a instituição à supervisão e estabelece um processo de reavaliação daquela instituição para verificar se ela consertou a sua atuação. Isso é indicativo de que o Poder Público, que é exercido pelo MEC em matéria de educação, não pode tolerar o ensino de má qualidade", concluiu.

O presidente da AMIES, Moses Rodrigues, frisou que a revisão do marco regulatório neste momento abre caminho para que a educação a distância se desenvolva nas próximas décadas. "Precisamos construir juntos uma ponte que possa resguardar a educação a distância e as instituições que têm feito um trabalho de qualidade na educação superior, para que elas possam dar a continuidade e, sobretudo, poderem atender as pessoas que estão mais distantes dos grandes centros de educação superior", disse ele, destacando a importância da colaboração das instituições de ensino superior para o debate com o Poder Público.

Em reunião da CC-Pares, Seres apresenta propostas para revisão da regulação da educação a distância



O Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares) se reuniu para dar continuidade ao debate sobre a educação a distância no país. Na ocasião, a Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marta Abramo, frisou que as discussões visam a garantia da qualidade do ensino a distância. “Entre as propostas que nós fazemos, estão o credenciamento único das instituições de ensino superior para todos os formatos de oferta e a composição mínima do corpo docente”, explicou. A ideia do MEC também é substituir o termo “modalidade” por “formato” de oferta.

A Seres apresentou o modelo de atividade síncrona regulada e apresentou a proposta de dividir os cursos em três formatos: presencial, semipresencial e à distância, cabendo ao MEC determinar quais cursos serão ofertados em cada formato e disciplinar os percentuais de carga horária. Leia a matéria completa [AQUI](#).

Inep divulga cronograma do Censup 2024

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o cronograma do Censo da Educação Superior 2024. A [Portaria 493/2024](#) estabelece as datas e os procedimentos a serem realizados.

A coleta dos dados começa em 3 de fevereiro de 2025 e se encerra no dia 13 de junho do mesmo ano. Antes disso, a partir de 21 de janeiro, as instituições de ensino superior deverão realizar a atualização cadastral dos recenseadores institucionais, responsáveis por preencher os formulários eletrônicos, verificar e corrigir inconsistências de dados, bem como responder a questionamentos do Inep acerca das informações declaradas.

Todas as instituições federais, estaduais, municipais, privadas, comunitárias ou especiais que ofertam cursos de graduação e sequenciais de forma-



ção específica deverão realizar os procedimentos por meio do Sistema Censup. As informações devem ser declaradas pelo recenseador institucional, indicado pelo representante legal da instituição de educação superior. O representante legal é o responsável pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas ao Censo.

A previsão do Inep é preparar os dados do Censo da Educação Superior entre 7 de julho e 22 de agosto. A divulgação do Censo da Educação Superior 2024 está prevista para o dia 26 de agosto.

Prazos da Avaliação Prática do Enade são ajustados

O Inep publicou a [retificação do Edital 124/2024](#), que ajusta o cronograma do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2024. As alterações aumentam alguns dos prazos para realização de procedimentos relativos à Avaliação da Prática do exame.

Pelo novo cronograma, os estudantes devem fazer o preenchimento do Questionário de Avaliação Prática até o dia 5 de dezembro. Já o preenchimento dos dados pessoais dos super-

visores de estágio deve ser feito até 15 de dezembro. Esse também é o prazo final para a capacitação para supervisores de estágio sobre a avaliação prática. A capacitação para orientadores de estágio segue até 23 de dezembro. Já o preenchimento dos dados pessoais dos supervisores de estágio deverá ser feito entre 2 de janeiro e 31 de março de 2025.

Neste ano, o Enade está avaliando os cursos de licenciatura de 17 áreas.

EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira e Getúlio Américo Moreira Lopes | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Secretária-executiva: Priscila Panielis | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).